



Conselho Nacional de Política Energética - CNPE

MEMÓRIA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: 05 de Dezembro de 2011

Horário: 17h

Local: Sala de Reuniões Plenária do MME – 9º andar

Participantes: Lista Anexa

1. ABERTURA

O Presidente do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, Ministro Edison Lobão, fez a abertura da 23ª Reunião Ordinária passando, em seguida, à abordagem dos temas da pauta.

2. POLÍTICA ENERGÉTICA: expansão do sistema e atendimento do mercado

O Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético fez a apresentação do tema, abordando as políticas energéticas, a expansão do sistema e o atendimento do mercado.

Relatou que as políticas energéticas são estabelecidas a partir dos estudos de longo prazo. Essas políticas, enfatizou, são diretrizes e orientações para os Planos Decenais de Expansão de Energia.

O Secretário informou que a oferta de energia crescerá até 2020 numa taxa de 5% a.a. A matriz energética brasileira projetada para 2020 indica leve recuo dos combustíveis fósseis, de 53% em 2010 para 51% em 2020, e um avanço das fontes renováveis, de 45% em 2010 para 48% em 2020. A mesma tendência foi verificada para a matriz de energia elétrica.

Durante a apresentação, o Secretário mostrou que a Política Energética Brasileira está sustentada em três pilares: segurança energética; modicidade tarifária; e universalização do acesso.

Especificamente em relação à segurança energética, foi relatado que Brasil está vivendo uma situação muito favorável.

Na modicidade tarifária foi apresentado um quadro que mostra a evolução dos preços médios dos leilões de energia nova desde o ano de 2005. Naquele ano o preço foi de 163 R\$/MWh, enquanto em 2011 103 R\$/MWh. Foram destacados ainda os preços dos grandes projetos como Santo Antônio 96 R\$/MWh, Jirau 85 R\$/MWh e Belo Monte 84 R\$/MWh. Na transmissão foi informado que foram realizados 34 leilões, com deságio médio de 33% no período.

No pilar da universalização do atendimento foi relatado aos membros do CNPE que no período de 2003 a 2011 foi atendida uma população de cerca de 14 milhões de pessoas.

Na área de petróleo e gás natural foram repassados dados da produção nacional para o ano de 2020, com indicação de crescimento de 11,4% e 15%, respectivamente.

Na área de biocombustíveis, apesar da momentânea crise do etanol, foi informado que a produção nacional manterá crescimento em taxas próximas dos valores dos combustíveis fósseis.

3. ABASTECIMENTO ETANOL

O Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis, fez a apresentação do tema, destacando, inicialmente, o desequilíbrio atual entre a oferta e a demanda por etanol.

Relatou que houve um crescimento da frota *flex-fuel* e um aumento da demanda de combustíveis líquido do Ciclo Otto. Por outro lado, informou que a oferta de etanol para o mercado está estagnada, sem perspectiva de reversão no curto prazo, isto é, até a safra de 2012-2013.

Foi instituída pelo Governo Federal uma Mesa Tripartite, com representantes do Governo, produtores e distribuidores, para uma avaliação das condições de produção e abastecimento de etanol no País. Nas reuniões realizadas foram consolidados os números de produção e demanda esperados para o País na safra 2011/2012. As informações compartilhadas pelos integrantes da Mesa permitiram a tomada de decisão, de forma embasada, da redução do percentual de mistura, em vigor desde 01/10/2011.

Na sequência, o Secretário fez um balanço da safra 2011-2012, destacando que para uma mistura de 25% haverá um déficit de etanol de 411 mil m³ e para 20%, um equilíbrio entre a oferta e demanda do produto.

Ao final, foi informado que o Governo está estudando, com coordenação do Ministério da Fazenda e participação ativa dos Ministérios de Minas e Energia - MME e da Agricultura, uma série de medidas para incentivar a produção do etanol.

4. ESTUDOS DA SITUAÇÃO DAS CENTRAIS DE GERAÇÃO, DAS INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

O Secretário-Executivo do MME fez a apresentação do tema, relatando o andamento das atividades do Grupo de Trabalho criado pelo CNPE, por meio das Resoluções n^{os} 3 e 4, de 2008, com o objetivo de elaborar estudos, propor condições e sugerir critérios destinados a subsidiar definições competentes da situação futura das Centrais de Geração Hidrelétricas, das Instalações de Transmissão integrantes da Rede Básica do

Sistema Interligado Nacional – SIN e de distribuição de energia elétrica, amortizadas ou depreciadas.

Inicialmente elencou a base legal que o GT está considerando para os estudos e discriminou as concessões vincendas, dos segmentos de geração, transmissão e distribuição.

Informou que foram realizadas seis reuniões do GT, para o desenvolvimento dos estudos, proposição das condições e sugestão dos critérios, em atendimento à determinação do CNPE. Também, para um melhor aprofundamento das questões foi criado um subgrupo para análise das questões jurídicas e um subgrupo para análise das questões econômico-financeiras envolvidas.

Ainda sobre os trabalhos, o MME encaminhou ofício à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, enquanto gestora dos contratos de concessão e responsável pela fiscalização dos serviços de energia elétrica, solicitando proceder aos levantamentos e apurações necessários sobre cada uma das concessões vincendas a partir de 2015, objetivando a identificação de eventuais montantes de ativos não depreciados.

Ao final, o Secretário Executivo informou que manterá o Conselho informado do andamento dos trabalhos em suas reuniões ordinárias e, no momento oportuno, apresentará o Relatório Final.

5. RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO - RGR

O Secretário de Energia Elétrica fez a apresentação do tema, em consonância com os artigos 47 e 48 do Decreto nº 4.541, de 2002. Abordou questões relacionadas com o objetivo da RGR, legislação básica, fluxograma da operacionalização da conta setorial, gestão e administração, arrecadação e aplicação dos recursos.

Posteriormente, apresentou a programação do ano de 2012, com estimativa da arrecadação arrecadação pertinente. As projeções indicam que o Programa Luz para Todos e os segmentos de geração e transmissão receberão a maior parte dos recursos. Considerando as regiões, Norte e Nordeste serão beneficiadas com 60,2% dos recursos.

6. COMITÊS TÉCNICOS E GRUPOS DE TRABALHO

O Secretário-Executivo do CNPE, em atendimento ao art. 3º do Decreto nº 3.520, de 2000, e art. 12 do Regimento Interno do CNPE – Resolução CNPE nº 7, de 2009, apresentou o relatório de atividades dos comitês técnicos e grupos de trabalho.

Basicamente foram relatadas as atividades dos seguintes comitês, comissões e grupos de trabalho: Comissão Permanente para Análise de Metodologias e Programas Computacionais do Setor Elétrico – CPAMP, criado pela Portaria MME nº 47, de 19 de fevereiro de 2008, conforme determinação constante da Resolução CNPE Nº 1, de 25 de abril de 2007; Grupo de Trabalho de Avaliação das Instalações de Geração,

Transmissão e Distribuição Amortizadas ou Depreciadas, criado pelas Resoluções CNPE nº 4, de 13 de maio de 2008, e nº 7, de 22 de julho de 2008; Grupo de Trabalho Conteúdo Local do Setor Elétrico - GTCLEE, criado pela Portaria MME nº 449, de 21 de julho de 2011, conforme determinação do CNPE, em sua 22ª Reunião Ordinária, realizada em 28 de abril de 2011; e, Comitê Gestor de Indicadores e Níveis de Eficiência Energética - CGIEE, instituído pelo art. 2º do Decreto nº 4.059, de 2001, que regulamenta a Lei nº 10.295, de 2001, que dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso racional de Energia.

7. RESOLUÇÕES DO CNPE EM 2011

O Presidente do CNPE, Ministro Edison Lobão, fez um balanço das resoluções do Conselho no ano de 2011.

A Resolução nº 1, de 25.03.2011, que estabelece o número de submercados de energia no Sistema Interligado Nacional – SIN, quais sejam Sul, Sudeste/Centro-Oeste, Nordeste e Norte, foi aprovada e publicada.

A Resolução nº 2, de 02.04.2011, que propõe a realização de leilões para oferta de blocos exploratórios de petróleo e gás natural em bacias maduras e de novas fronteiras - 11ª Rodada de Petróleo e Gás Natural, aguarda aprovação para publicação.

A Resolução nº 3, de 03.05.2011 que indica projetos hidrelétricos estratégicos de interesse público, estruturantes e com prioridade de licitação nos AHEs: São Luiz do Tapajós, Jatobá, Jardim do Ouro e Chacorão, foi aprovada e publicada.

A Resolução nº 4, de 15.06.2011, que estabelece diretrizes para redução das penalidades aos agentes geradores termelétricos pelo não atendimento à ordem de despacho por falta de combustível fóssil, aguarda aprovação para publicação.

A Resolução nº 5, de 15.06.2011, que propõe política para ampliar a participação de pequenas e médias empresas nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, conforme prevê o art. 65 da Lei nº 12.351, de 2010, aguarda aprovação para publicação.

8. AGENDA BÁSICA PARA OS TRABALHOS NO ANO DE 2012

Em atendimento ao artigo 12 do Regimento Interno do CNPE – Resolução nº 7, de 2009, foi apresentada a agenda básica para os trabalhos no ano de 2012.

A proposta prevê a realização da 24ª reunião do CNPE no dia 05 de junho e a 25ª no dia 4 de dezembro.

9. ENCERRAMENTO

O membro do CNPE, representante dos Estados e Distrito Federal, teceu comentários acerca do item 2 da pauta – Abastecimento de Etanol. Reforçou a necessidade de criar

políticas de governo para ampliar a oferta de etanol, sugerindo contratos de longo prazo, de maneira a reduzir as incertezas do mercado.

O Presidente do CNPE também fez ponderações acerca do assunto, informando que o assunto está sendo devidamente tratado pelo governo. Lembrou que, uma força tarefa está trabalhando numa regulamentação que vai ampliar as garantias para regularização dos estoques, entre outras medidas.

José Antonio Correa Coimbra
Secretário-Executivo do CNPE

Edison Lobão
Presidente do CNPE

Anexos:

- Pauta da 23ª Reunião Ordinária;
- Relação de Presenças na Reunião.